

Crescer sem destruir

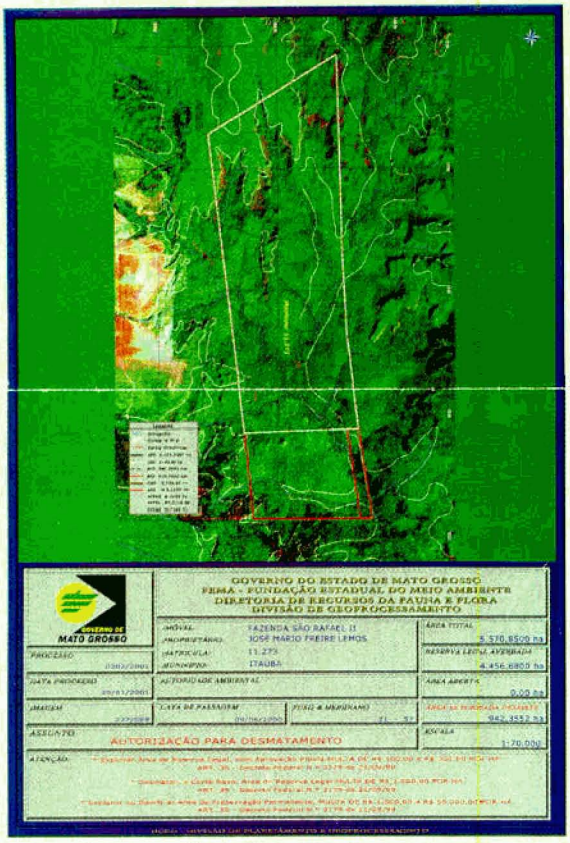
O governo de Mato Grosso põe em prática um método inovador de controle de queimadas e desmatamentos

MÁRCIO BUENO

Mato Grosso tem ostentado um título do qual nunca pôde se orgulhar e do qual jamais fez questão: o de campeão nacional das queimadas. A situação atingiu o ápice em 1999, quando metade dos 100 mil focos de incêndio da Amazônia lá ocorreram.

As conseqüências foram desastrosas, segundo descrição do engenheiro Sérgio Henrique Guimarães, ex-secretário de Meio Ambiente do estado. Nos meses de julho, agosto e setembro daquele ano, uma espessa nuvem de fumaça cobriu o estado, obrigando ao fechamento de aeroportos – o de Cuiabá não pôde operar 30 dias nesse período –, causando acidentes nas estradas e, provocando a formação de filas de pessoas com problemas respiratórios nas portas dos hospitais. Muitas queimadas extrapolaram os limites, transformando-se em incêndios que devastaram florestas, plantações e pastos, deixando no caminho muito gado morto e outros prejuízos materiais.

Na cidade de Alta Floresta uma escola foi totalmente queimada. Turistas estrangeiros, ansiosos por contemplar o cenário paradisíaco da Amazônia, acabaram assistindo a uma chuva de cinzas e de folhas queimadas. Em Guarantã do Norte, a situação se tornou dramática no mês de agosto, com nada menos de 506 focos de incêndios: alunos desmaiaram em salas de aula, lavouras foram destruídas e os problemas se estenderam pelo mês seguinte, obrigando ao cancelamento do desfile de 7 de Setembro, por falta de visibilidade. Hou-



A Autorização para Desmatamento mostra a imagem da fazenda obtida por satélite, com todas as delimitações

ve quem chamasse a situação de inferno de Dante.

Foi a partir desse caos que a sociedade como um todo reagiu, surgindo dali uma convergência intensiva de esforços de órgãos como a Fema – Fundação Estadual do Meio Ambiente, o Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, comunidades locais, empresas e a sociedade civil organizada, como sindicatos, associações, escolas e especialmente as ONGs. Os esforços e o trabalho de parceria no sentido de fiscalizar, conscientizar, combater o fogo e punir os infratores estão produzindo resultados surpreendentes.

Corte seletivo

Nesse mesmo ano de 1999, a Fema começou a desenvolver um método de controle de desmatamentos que está se mostrando altamente eficiente. O método permite um mapeamento rigoroso e à prova de fraudes de todas as atividades desenvolvidas na área rural. De acordo com legislação federal, os donos de fazendas localizadas em área da Floresta Amazônica podem explorar apenas 20% da propriedade. Os outros 80% têm de ser preservados, ou melhor, é permitido o manejo florestal, que significa o corte seletivo, sem agredir o ecossistema. Feita a primeira intervenção, somente depois de haver a recomposição natural da floresta poderá haver um novo corte seletivo. No caso da região do cerrado, 65% da área de cada propriedade podem ser explorados, enquanto os 35% restantes têm de permanecer intocados. A grande inovação está sendo o cadastramento de todas as propriedades do estado não apenas com papéis, mapas, desenhos, escrituras, mas com imagens de satélite na escala 1:50.000 (um para cinqüenta mil), todas arquivadas em computador e com alto grau de resolução e de nitidez. As imagens utilizadas pela Fema são captadas pelo satélite *Landsat7-TM* e disponibilizadas pelo Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Todo o estado está passando a ser monitorado permanentemente pelo sistema, cuja implantação está orçada em R$1,5 milhão, o que é pouco se for considerado que apenas uma multa, em 1999, chegou a quase três vezes esse valor. Foi contra Zanete Okada, dono da fazenda Zanete 3, em Alta Floresta, a 800km de Cuiabá. Ele foi autuado e multado em R$4,12 milhões por desmatar e queimar ilegalmente 3.080 hectares dentro de sua propriedade.

A implantação do sistema está sendo financiada por um programa do governo federal que recebe recursos do grupo dos sete países mais industrializados do mundo. Trata-se do Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7). Atualmente, o proprietário rural que pretender desenvolver qualquer tipo de atividade em suas terras, terá de apresentar à Fema um projeto, com a demarcação da área a ser explorada, e delimitando a área de preservação, que inclui o percentual determinado pela legislação, além das áreas de preservação permanentes, como as matas ciliares, que são as que se desenvolvem ao longo dos cursos d'água. Se o projeto estiver dentro das normas ambientais, o fazendeiro recebe uma Autorização para Desmatamento em que consta, além dos dados, a imagem da fazenda obtida por satélite, com todas as delimitações (veja a foto).

"Hoje, quando autorizo um desmatamento, vejo a propriedade na minha frente, no computador, na mesma hora", diz o engenheiro florestal Paulo dos Santos Leite, diretor de Recursos de Fauna e Flora da Fema e principal responsável técnico pelo projeto. A cada ano, a Fundação faz a checagem, sobrepondo a nova imagem à da imagem que consta da autorização. Caso o fazendeiro esteja desmatando além do permitido, é multado e intimado a recompor a área degradada, sob pena de ser incurso em ação penal e acabar na prisão. Os fiscais não perdem mais tempo, saindo a esmo, inspecionando propriedades para saber se estão sendo desmatadas e onde. O software utilizado, além de identificar a região degradada, faz automaticamente o cálculo da área, apresentando ao lado o número de alqueires, incluindo frações de centésimos (veja a foto). Com todas as informações proporcionadas pelas imagens, sobre quem está desmatando e em que proporção, os fiscais já saem da Fundação com a multa preenchida,

o que tem a vantagem de evitar corrupção.

Mas não é só de repressão que vive a Fema. Todos os fiscais da instituição têm nível superior e são treinados para atuar na fase anterior à da punição, que é a prevenção, sensibilizando e disseminando informações ambientais importantes entre os proprietários rurais. Antes de mais nada, eles transmitem orientações sobre o uso correto do solo – e do fogo, no caso das queimadas –, respeitando as disposições legais. A atuação é feita em conjunto com uma equipe de técnicos especializados em educação ambiental. As informações são transmitidas diretamente durante as visitas às propriedades rurais e também através dos meios de comunicação locais, incluindo rádios e tevês. Considerando o período em que os fazendeiros preparam a terra para a plantação, as campanhas de prevenção ocorrem nos meses de abril, maio e junho e as campanhas de repressão, nos meses de julho, agosto e setembro.

Fora de controle

Apesar de serem expedidas autorizações para desmatamentos em áreas determinadas, a partir do ano passado ficou proibido aos proprietários utilizar queimadas nos meses de julho, agosto e setembro. Nessa época do ano, em função da seca, o fogo costuma extrapolar os limites e ficar fora de controle. A Fema recebe do Ibama as coordenadas geográficas dos focos de calor, que são detectados pelo satélite *Noaa*. De posse dos dados, a fiscalização se dirige ao local utilizando um aparelho portátil chamado GPS – sigla em inglês para Sistema Global de Posicionamento –, que permite identificar coordenadas geográficas com precisão em qualquer ponto do planeta. A fiscalização é rápida e envolve a Fema, as polícias Civil e Militar e o Juizado Volante Ambiental, para a adoção das medidas judiciais cabíveis, além das multas. Nos meses da proibição de queimadas no ano passado, foram notificados 1.195 proprietários e presos 50 fazendeiros. A atuação da Fema, utilizando o eficiente sistema que desenvolveu, e também de outros órgãos ambientais, como é o caso do Ibama e da sociedade civil, produziu resultados surpreendentes. O número de focos de calor no ano 2000, em relação a 1999, foi reduzido em 38%, o que se refletiu numa melhoria substancial da qualidade do ar. A área desmatada ainda foi grande, o que preocupa, mas diminui cerca de 28%. O aeroporto de Cuiabá e os demais aeroportos do estado não fecharam uma só vez em razão de fumaça. Nos municípios de Alta Floresta e Guarantã do Norte, que talvez tenham sido os mais prejudicados em 98 e 99, a redução dos focos de incêndio chegou a 83%.

Em março desse ano, o secretário de Meio Ambiente e presidente da Fema, Frederico Muller, apresentou a metodologia de geoprocessamento de imagens de satélite ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, a secretários da área ambiental de oito estados amazônicos e a representantes de organizações não-governamentais. Ao final do encontro, realizado em Brasília, o ministro informou que decidiu adotar o sistema de monitoramento de queimadas e desmatamento desenvolvido em Mato Grosso como modelo para os demais estados da Amazônia. Em seguida, assinou um protocolo que disponibiliza recursos federais para esta finalidade e concluiu que "agora só depende dos governos estaduais".



Além de identificar a região degradada, o software faz o cálculo da área, apresentando ao lado o número de alqueires

O controle rígido das atividades rurais não terá como conseqüência uma redução do ritmo de crescimento do estado? Para Frederico Muller, é possível aumentar a produção pelo aumento da produtividade, sem promover desmatamentos além dos necessários. Ele diz que, mesmo reduzindo o desmatamento em 28%, o estado foi o maior produtor de soja e de algodão do país, o segundo maior produtor de arroz e o terceiro na pecuária. "Isso foi possível – diz o secretário –, aumentando a produtividade, investindo em pesquisas e ampliando o controle ambiental". E conclui afirmando que o grande diferencial do governo Dante de Oliveira em relação a outros, é casar o desenvolvimento com a questão ambiental.